

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.004 - RJ (2019/0147019-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : PAULA NOVAIS FERREIRA MOTA GUEDES E OUTRO(S) - DF025024
RECORRIDO : ANITA CRISTINA RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ MARTINS CAMBESES - RJ163248
VERÔNICA DOS SANTOS CLARO E OUTRO(S) - RJ156828

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PECÚLIO *POST MORTEM*. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS LEIS ESTADUAIS Nº 285/79 E Nº 5.109/07. SÚMULA Nº 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, III, "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ fl. 239):

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. AGRAVANTE QUE REPRISA OS ARGUMENTOS ESPOSADOS POR OCASIÃO DE SEU APELO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA NA QUAL A AUTORA PLEITEIA DIREITO AO PECÚLIO POST MORTEM EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DE SEU PAI. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DO RÉU SUSTENTANDO A REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. APLICABILIDADE DO VERBETE SUMULAR 340 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VERBA QUE ENCONTRA AMPARO LEGAL NA LEI ESTADUAL 285/79. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA OU A LEI FEDERAL 9.717/98. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO QUE SOMENTE OCORREU COM A EDIÇÃO DA LEI ESTADUAL 5.109/07 EM 15/10/2007. DIREITO AO BENEFÍCIO QUE SE RECONHECE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO.

Opostos embargos de declaração, foram eles parcialmente acolhidos para afastar

a condenação do recorrente ao pagamento da taxa judiciária, conforme acórdão juntado às e-STJ fls. 276/281.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega, em síntese, violação ao art. 5º da Lei nº 9.717/98, aduzindo que seria indevido o pagamento de pecúlio post mortem, benefício não previsto no Regime Geral de Previdência Social, para os óbitos ocorridos após a vigência de referida lei nacional, que estabeleceu normas gerais sobre o regime de previdência dos servidores públicos, vedando expressamente o pagamento de benefício previdenciário não previsto no regime geral.

Ademais, sustenta que a Lei Estadual nº 285/79, utilizada pelo Tribunal de origem para manter o benefício, estaria com a eficácia suspensa desde a vigência da Lei nº 9.717/98, por força do art. 24, § 4º, da Constituição Federal.

Sem contrarrazões ao recurso especial.

Decisão de admissibilidade do recurso prolatada em 07/11/2017 (e-STJ fls. 324/326).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que concerne a suposta ofensa ao art. 5º da Lei nº 9.717/98, em razão da ilegalidade e inconstitucionalidade do pagamento do pecúlio post mortem por óbito ocorrido após a vigência de referida lei, verifica-se que o Tribunal de origem manteve o benefício por entender que a Lei Estadual nº 285/79, instituidora do pecúlio, somente teria sido revogada com a edição da Lei Estadual nº 5.109/07. Ademais, consignou que a Lei nº 9.717/98 não teria revogado o benefício no âmbito estadual. Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor do acórdão de apelação (e-STJ fls. 242/244):

Com efeito, merece ser mantida a decisão ora agravada, por seus próprios fundamentos.

Isto porque, repita-se, como é cediço, no caso do pecúlio post mortem a lei aplicável à concessão do benefício é aquela vigente na data do óbito do segurado.

Compulsando os presentes autos, verifica-se que no caso sub examine, comprovam que os apelados fazem jus ao benefício, eis que o óbito do segurado se deu em 05 de maio de 2007.

Na hipótese dos autos, o falecimento da servidora ocorreu em 2007, quando vigia a Lei nº 285/79, que previa o pagamento de pecúlio post mortem, no valor de 05 (cinco) vezes o vencimento base da contribuição do mês do óbito, conforme o que dispõem os artigos 26 e 45 da referida lei.

Sem dúvida, a lei aplicável à concessão do benefício previdenciário neste pleito é o da Lei Estadual nº 285/79, tendo em vista posta Lei nº 5.109, que extinguiu o pecúlio post mortem, na data de 15 de outubro de 2007, sendo, portanto, forçoso reconhecer que, ao tempo da sua entrada em vigor, a autora já havia implementado todos os requisitos para percepção do benefício.

Neste sentido é o verbete nº 340 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e a jurisprudência deste Tribunal de Justiça. Confira-se:

"A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado. "

Dessa forma, não se pode acolher o argumento do Apelante de que após a

entrada em vigor da EC nº 20/1998, introduzindo o § 12º ao art. 40 da Constituição da República, a Lei nº 9.717/98 o pagamento do pecúlio post mortem não seria mais possível.

Portanto, posto que o sistema previdenciário tem natureza contributiva, razão pela qual a vedação do art. 5º, da Lei 9.717/98 não pode prejudicar beneficiário do servidor falecido que contribuiu durante a atividade para o eventual gozo do benefício em questão.

Neste sentido, são reiteradas as jurisprudências nesta Corte:

[...]

Com efeito, não há que se falar em inconstitucionalidade do pecúlio em questão, tendo em vista que, de acordo com o artigo 24, inciso XII, da Carta Magna, a competência para legislar sobre previdência social é concorrente.

Assim, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com base na interpretação de lei local, o que atrai, por analogia, o óbice previsto na Súmula nº 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Nesse sentido os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO EM EMBARGOS. ART. 741 DO CPC/1973. REVISÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DE LEI LOCAL. DESCABIMENTO. SÚMULA 280/STF. RECURSO DE QUE NÃO CONHECE.

1. No tocante à suposta violação do art. 741 do CPC/1973, rever o entendimento consignado pela Corte local de que a recorrida faz jus à cota-parte de 100% da pensão requer revolvimento do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançar tal entendimento.

2. Ademais, o exame da controvérsia, como enfrentado pelas instâncias ordinárias, exige a análise de dispositivos de legislação local (Lei Estadual 285/1979), insuscetível de ocorrer em Recurso Especial, conforme a Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1655049/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 27/04/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO POST MORTEM. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. BASE DE CÁLCULO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. Não se conhece da alegada violação do art. 535, I e II, do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando-se, portanto, qualquer integração à compreensão do quanto decidido.

2. A questão controvertida dos autos foi solucionada pelo Tribunal de origem com fundamento na interpretação da legislação local (Lei Estadual nº 285/79), logo a revisão do aresto, na via eleita, encontra óbice na Súmula 280 do STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 658.825/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 28/09/2015)

Ademais, a análise da principal tese do recorrente - suspensão da Lei Estadual nº 285/79 após a vigência da Lei nº 9.717/98 - não pode ser enfrentada por esta Corte Superior, pois é matéria de competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição Federal. Nesse sentido o seguinte precedente deste Tribunal Superior:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO POST MORTEM, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. No caso dos autos, o recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/98, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio post mortem aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/79, que previam o pagamento de pecúlio post mortem, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/98, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/98.

II. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/79, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/98.

III. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada, em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/88.

IV. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/79 e Lei Estadual 5.109/07 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência desta Corte para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1456225/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

